

Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem ESTABELECIDO EM: JAN/19 Nº de REVISÃO: 02

				IT GC KEVISAG	GC KEV13/10. 02	
ontrole	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação	
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral	
	0:	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação	
0	Revisão	MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral	

REGIMENTO INTERNO

COMISSÃO DE ÉTICA DE ENFERMAGEM



Regimento Interno Comissão de
Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de PEVISÃO: 02

49				IV OC KEVISA	IV GC KEVISKO. 02	
- 1,000	Flaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação	
Controle	Elaboração	25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral	
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação	
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral	

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º - A Comissão de Ética de Enfermagem (CEE) do (a) Hospital regional de Biguaçu Helmuth Nass rege-se por Regimento próprio aprovado em Assembleia Geral da Categoria, realizada em 13/12/2017, atendendo a determinação da Decisão Coren/SC nº 014/2020, aprovada pela Plenária do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (Coren/SC), em sua 589ª Reunião Ordinária Plenária.

Parágrafo único: O Regimento Interno da Comissão de Ética de Enfermagem da Instituição Hospital Regional de Biguaçu Helmuth Nass, foi homologado pela Plenária do Coren/SC em Reunião Ordinária de 06 de fevereiro de 2018.

- **Art. 2º -** A CEE é um órgão representativo do Coren/SC nas questões éticas dos profissionais da Enfermagem.
- **Art. 3º -** A atuação da CEE limita-se ao exercício ético-legal dos profissionais da Enfermagem nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

Parágrafo único: A CEE tem como finalidades: a orientação, a conscientização, o assessoramento, a emissão de pareceres e a averiguação de fatos relacionados ao exercício ético-profissional da categoria.

Art. 4º - A CEE será regida por este regimento, devidamente aprovado em assembleia da categoria e homologado pelo Plenário do Coren/SC.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 5° - A CEE tem os seguintes objetivos:



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem	
ESTABELECIDO EM: JAN/19	

Nº de REVISÃO: 02

	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
trole		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
Cont	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
0		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

- I Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e as demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.
- II Promover e/ou participar de atividades que visem à interpretação do Código de Ética e a sensibilização dos profissionais de Enfermagem em relação ao comportamento ético-profissional.
- III Promover e/ou participar de atividades multiprofissionais ligadas à ética.
- IV Assessorar e orientar o Enfermeiro Responsável Técnico, Gerência de Enfermagem, membros da equipe, clientes, familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações decorrentes de atitudes não éticas.
- V Verificar as condições oferecidas pela entidade para o desempenho profissional da categoria.
- VI Averiguar denúncias ou fatos éticos, fazendo os devidos encaminhamentos.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E COMPOSIÇÃO

Art. 6º - A CEE atende os profissionais da Enfermagem de todas as áreas de trabalho da Instituição de Saúde, referentes aos aspectos éticos do exercício da profissão.

Parágrafo único: A observância das normas éticas estende-se aos Atendentes de Enfermagem ou assemelhados, devidamente autorizados pelo Coren/SC e que exerçam atividades na área de Enfermagem, embora não possam votar ou serem eleitos.

Art. 7º - A CEE será constituída por no mínimo, 3 (três) e no máximo 11 (onze) profissionais de Enfermagem, facultada a eleição de suplentes, sempre respeitando o número ímpar de efetivos, entre Enfermeiros, Obstetrizes, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem. A CEE será composta por presidente, secretário e membros, dentre os profissionais mais votados, cabendo ao Enfermeiro o cargo de presidente.

Hospital Regional Helmuth Nass

Comissão de Ética de Enfermagem

Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

Art.8º - Em casos de composição da CEE mediante designação, cabe ao Enfermeiro RT identificar os membros, consultar seu interesse e examinar se os candidatos preenchem os requisitos do Art.9º desta Resolução.

Art. 9º São critérios para integrar a CEE:

- I manter vínculo empregatício junto à instituição de saúde;
- II possuir situação regular junto ao Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição em todas as categorias que esteja inscrito;
- III não possuir condenação transitada em julgado em processo administrativo e/ou ético nos últimos 5 (cinco) anos;
- IV não possuir anotações de penalidades junto ao seu empregador nos últimos cinco anos.
- Parágrafo único. O Enfermeiro RT deverá encaminhar via Sistema Informatizado da CEC, os nomes dos profissionais inscritos/designados para verificação de regularidade e havendo impedimento do profissional ele não poderá participar do pleito.
- **Art. 10** Cabe ao Conselho Regional de Enfermagem apoio, suporte e orientações necessárias para a constituição e funcionamento das CEE, bem como a adoção de medidas necessárias para fazer cumprir este Regimento.
- **Art. 11** A CEE eleita ou designada será nomeada por Portaria do Conselho Regional de Enfermagem estabelecendo os nomes dos eleitos ou designados, efetivos e suplentes, destacando o nome do presidente e do secretário e o prazo do mandato a ser cumprido.
- §1º A Portaria deverá ser publicada no site do Conselho Regional de Enfermagem e em outros meios disponíveis de divulgação.
- §2º O Enfermeiro RT da instituição deverá em até 60 (sessenta) dias antes do término do mandato vigente iniciar o processo de nova eleição.



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

- **Art. 12** O mandato dos membros eleitos da CEE será de 3 (três) anos, admitida apenas uma reeleição.
- Art. 13 O afastamento dos integrantes da CEE poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

Parágrafo único: Independente do tipo de afastamento, a Coordenação da CEE comunicará o fato à Comissão de Ética do Coren/SC (CEC).

- **Art. 14** Entende-se por **término de mandato**, quando os integrantes da Comissão concluírem os três anos de gestão.
- **Art. 15** Entende-se por **afastamento temporário** quando o integrante da Comissão afastar-se por tempo determinado, no máximo, por um período de quatro meses, ou quando estiver sendo submetido a processo ético.

Parágrafo único: A solicitação do afastamento temporário deverá ser encaminhada à Coordenação da CEE.

Art. 16 – Entende-se por **desistência** a declinação de seu cargo por qualquer um dos integrantes da Comissão.

Parágrafo único: A desistência deverá ser comunicada oficialmente, à Coordenação da CEE.

- **Art. 17** Entende-se por **destituição** o afastamento definitivo do integrante da CEE, que se dará por decisão da CEE, decidido em Reunião, constando o fato em ata.
- §1º A destituição ocorrerá nos seguintes casos:
- a) Ausência, injustificada, em três reuniões consecutivas e/ou alternadas.
- b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais.
- c) Ter sido condenado em processo ético, civil ou penal.



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

				151101 5.199011 3000 PHASE PRODUCT	
Controle	Elaboração	Data	Elaboração Verificação	Aprovação	
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

- §2º A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEE por no mínimo 03(três) anos.
- Art. 18 A substituição dos integrantes da CEE se processará da seguinte maneira:
- I Em caso de afastamento temporário, a substituição será feita pelo respectivo suplente, sendo indicado um suplente em caráter temporário, se o afastamento ultrapassar a 30 dias.
- II Em caso **desistência** ou por **destituição**, a substituição será feita pelo seu respectivo suplente que passará para efetivo, sendo chamado o candidato mais votado do respectivo nível profissional para integrar a Comissão como suplente e concluir o mandato do desistente ou destituído.
- III Não havendo suplente eleito, um novo membro será designado pelo RT em comum acordo com a CEE.
- **Art. 19** A CEE reunir-se-á ordinariamente no mínimo, a cada 30 dias, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo Coordenador ou por autoconvocação pela maioria simples dos seus integrantes ou pelo Coren/SC.
- §1º Na ausência do Coordenador, o Secretário coordenará a reunião, sendo escolhido "ad hoc" um substituto para secretariar.
- §2º Na ausência do Secretário, será escolhido "ad hoc" um substituto para secretariar.
- §3º Serão lavradas atas de todas as reuniões da Comissão, constando a relação dos presentes, as justificativas dos ausentes, o registro das decisões tomadas e os encaminhamentos a serem feitos.
- §4º O quórum mínimo para as reuniões, verificado até 15 minutos após a hora marcada para o início das mesmas é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.
- §5º Na ausência de quórum a reunião será suspensa, sendo feita nova convocação.



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
ont	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
0		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

- Art. 20 As decisões da CEE serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substituto.
- §1º Os membros efetivos terão direito a voz e voto.
- §2º Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituindo um membro efetivo, terão direito a voto.
- §3º É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL

- Art. 21 As eleições para constituição da CEE deverão ser convocadas até 60 (sessenta) dias antes do dia do pleito, mediante edital público, firmado pelo Enfermeiro RT a ser fixado em todos os setores em que sejam prestados serviços de Enfermagem na instituição de saúde.
- §1º O Enfermeiro Responsável Técnico e/ou Gerente de Enfermagem designará uma Comissão Eleitoral para conduzir os trabalhos de divulgação, organização, realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados.
- §2º É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.
- §3º A Comissão Eleitoral elegerá um Presidente e um Secretário entre os seus membros.
- §4º Cabe à comissão eleitoral receber os pedidos de inscrição e sobre eles decidir, examinando se os candidatos preenchem os requisitos do art. 9º desta Resolução.
- §5º O voto em cédula será depositado em urna indevassável ou meio eletrônico, respeitando os trâmites legais vigente na instituição.



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19

Nº de REVISÃO: 02

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
		Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
O	Revisão	MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

§6º A eleição se processará preferencialmente, em 1 (um) dia, das 08:00 horas às 21:00 horas, garantindo assim, a participação de todos os profissionais de Enfermagem da instituição no pleito.

§7º A apuração será pública e na presença dos candidatos concorrentes ou de observadores.

§8º Na hipótese de ocorrência de fato grave que influencie o resultado da eleição, poderá o interessado recorrer ao Conselho Regional de Enfermagem da respectiva jurisdição, a quem caberá decidir sobre a questão.

§9º Entende-se por fato grave aquele que coloca em dúvida a lisura do processo eleitoral, passível de apuração de responsabilidade e nulidade dos atos.

§10º Serão considerados eleitos os candidatos que obtiverem o maior número de votos válidos.

Parágrafo único: O Enfermeiro Responsável Técnico e/ou Gerente de Enfermagem deverá inserir no sistema da CEC a cópia do edital de convocação da eleição, juntamente com a relação dos nomes dos Enfermeiros(as), Obsterizes, Técnicos(as) de Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem com vínculo empregatício na entidade, acompanhados de seus respectivos números de inscrição profissional no Coren/SC.

- Art. 22 O material necessário para o desenvolvimento dos trabalhos eleitorais será solicitado pela Comissão Eleitoral à Gerência da Enfermagem da instituição.
- **Art. 23** Somente poderão votar os profissionais regularmente inscritos no Coren/SC e com vínculo empregatício com a instituição.
- Art. 24 O Coren/SC disponibilizará no sistema da CEC a relação dos candidatos aptos ao pleito eleitoral.



MAIO 2021

Comissão de Ética de Enfermagem

Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

Direção Geral

Beatriz Souza Almeida

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		11110 2024	al : = a: l: l:		

Art. 25 – Os profissionais de Enfermagem deverão candidatar-se individualmente, **sem formação de chapas**, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, até dez dias antes do pleito apresentando um fiscal, se assim desejarem.

Clarice T. Gielinski

- **Art. 26** O local para a realização do pleito será definido pela Comissão Eleitoral em comum acordo com a Gerência de Enfermagem.
- **Art. 27** A eleição deverá ser realizada durante o horário de trabalho, respeitados os diferentes turnos.
- **Art. 28** A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for no mínimo a metade mais um, por nível profissional.

Parágrafo único: Quando o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes, deverá ocorrer um novo pleito no respectivo nível profissional.

- **Art. 29** A apuração dos votos será realizada pela Comissão Eleitoral, na presença dos fiscais se houver ou de outros interessados, imediatamente após o encerramento do pleito.
- **Art. 30** Somente serão computadas as cédulas sem rasuras e os votos que não apresentem dupla interpretação.
- **Art. 31** Serão considerados eleitos, como membros efetivos, os candidatos que obtiverem o maior número de votos por nível profissional, seguido de seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.
- Art. 32 Em caso de empate entre 02 (dois) ou mais candidatos da mesma categoria, o desempate será realizado levando em consideração o critério de maior tempo de exercício profissional na instituição por categoria eleita. Persistindo ainda empate, será considerado eleito o profissional com maior tempo de inscrição junto ao Coren/SC.



Regi	mento Ir Ética de	nterno Comissão de e Enfermagem
ESTAB	ELECIDO	EM: JAN/19
	DELUCT C	

Nº de REVISÃO: 02

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

Art. 33 – Os candidatos que receberam votos e não foram eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser relacionados por nível profissional na ata da eleição e constar da lista dos resultados das eleições a ser encaminhada ao Coren/SC.

Parágrafo único: Os candidatos indicados no *caput* deste artigo assumirão o mandato em caso de afastamento temporário, desistência ou destituição.

Art. 34 – Todas as ocorrências referentes ao processo eleitoral serão registradas em ata, assinada pelo Presidente, pelo Secretário, pelos demais membros da Comissão Eleitoral e pelos ficais, se houver.

Parágrafo único: O Presidente da Comissão Eleitoral encaminhará os resultados das eleições com a respectiva ata à RT/Gerência de Enfermagem imediatamente após o término da apuração dos votos.

- **Art. 35** O Responsável Técnico/Gerente de Enfermagem proclamará os resultados das eleições, através de edital interno, no primeiro dia útil após ó seu recebimento.
- **Art. 36** Os recursos relativos ao pleito somente serão recebidos pela Comissão Eleitoral se entregues oficialmente até 48 horas após a publicação dos resultados pelo RT/Gerente de Enfermagem.
- §1º O recurso será julgado pela Comissão Eleitoral no prazo máximo de 05 (cinco) dias.
- §2º Caso necessário, o recurso terá como segunda instância Coren/SC...
- **Art. 37** O Responsável Técnico/Gerente de Enfermagem deverá inserir no sistema da CEC, imediatamente após o pleito o edital de proclamação do resultado da eleição.

Parágrafo único: A listagem deverá informar:

- a) O nome dos membros efetivos, seu nível profissional e o número de inscrição no Coren/SC.
- **b)** O nome dos membros suplentes, seu nível profissional e o número de inscrição profissional no Coren/SC.



MAIO 2021

Comissão de Ética de Enfermagem

Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

Beatriz Souza Almeida

Direção Geral

Elaboração Data Elaboração Verificação Aprovação

25/01/2019 Integrantes da CEEN Cristiane Maffessoni Direção Geral

Data Verificação Aprovação Aprovação

c) O nome dos profissionais que receberam votos, seu nível profissional e o número de inscrição no Coren/SC que não farão parte no primeiro momento da CEE, mas que poderão ser convocados em caso de afastamento temporário, por desistência ou por destituição de membros empossados.

Clarice T. Gielinski

Art. 38 – Somente após a homologação pelo Plenário do Coren/SC e a nomeação por Portaria emitida pelo Presidente, a CEE estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades definidas neste regimento e a posse será efetuada.

CAPÍTULO V

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 39 - São atribuições específicas dos membros da CEE:

- I Representar o Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição na instituição de saúde em se tratando de temas relacionados à divulgação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem;
- II Divulgar e zelar pelo cumprimento da Legislação de Enfermagem ora vigente;
- III identificar as ocorrências éticas e disciplinares na instituição de saúde onde atua;
- IV Receber denúncia de profissionais de Enfermagem, usuários, clientes e membros da comunidade relativa ao exercício profissional da Enfermagem;
- V Elaborar relatório restrito à narrativa dos fatos que ensejaram a denúncia, anexando documentação se houver relativa a qualquer indício de infração ética.
- VI Encaminhar o relatório ao Conselho Regional de Enfermagem e ao Enfermeiro Responsável Técnico (RT) da instituição para conhecimento, nos casos em que haja indícios de infração ética ou disciplinar;
- VII propor e participar em conjunto com o Enfermeiro RT e Enfermeiro responsável pelo Serviço de Educação Permanente de Enfermagem, ações preventivas e educativas sobre questões éticas e disciplinares;
- VIII promover e participar de atividades multiprofissionais referentes à ética;



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19

Nº de REVISÃO: 02

Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

- IX Assessorar a Diretoria/Chefia/Coordenação de Enfermagem da Instituição, nas questões relativas à ética profissional;
- X Divulgar as atribuições da CEE.
- XI participar das atividades educativas do Conselho Regional de Enfermagem de sua jurisdição e atender as solicitações de reuniões e convocações inerentes às atribuições da CEE, inclusive promover e participar de treinamento e capacitação.
- XII apresentar anualmente relatório de suas atividades ao Enfermeiro Responsável Técnico da instituição de saúde.
- XII Averiguar denúncias, ou atitudes não éticas praticadas por profissionais de Enfermagem.
- XIII Comunicar, por escrito, ao Coren/SC, as irregularidades ou infrações éticas detectadas.
- XIV Encaminhar anualmente ao Coren/SC e à Gerência do Órgão de Enfermagem, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório das atividades do ano anterior até 1° de março.
- XV Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do Coren/SC (CEC) em caso de necessidade.
- XVI Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão do Coren/SC vigente.
- Art. 40 Compete ao Coordenador da CEE:
- I Convocar e presidir as reuniões.
- II Propor a pauta da reunião.
- III Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação.
- IV Representar a CEE junto ao Órgão de Enfermagem da entidade.
- V Representar ou indicar representante, onde se fizer necessária a presença ou a participação da CEE.
- VI Encaminhar as decisões da CEE, segundo a indicação.



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem ESTABELECIDO EM: JAN/19

Nº de REVISÃO: 02

				TT GC KETISH	0.02
Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	0	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
0	Revisão	MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

- VII Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais, garantindo o envio de uma cópia, até o dia 1º de março de cada ano ao Enfermeiro Responsável Técnico (RT).
- VIII Representar o Coren/SC em eventos, segundo a solicitação.
- IX Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas referentes ao exercício ético-profissional.
- Art. 41. Compete ao Secretário da CEE:
- I Secretariar as reuniões da CEE, redigindo atas e documentos.
- II Providenciar a reprodução de documentos.
- III Encaminhar o expediente da CEE.
- IV Arquivar uma cópia de todos os documentos.
- V Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais.
- VI Presidir as reuniões nos impedimentos do Coordenador.
- VII Representar a CEE nos impedimentos do Coordenador.
- VIII Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as demais normas relativas ao exercício ético-profissional.
- Art. 42- Compete aos membros efetivos da CEE:
- I Comparecer e participar das reuniões.
- II Emitir parecer sobre as questões propostas.
- III Participar de reuniões ou programações relacionadas à ética, promovidas pela CEE ou por outras entidades.
- IV Representar a CEE quando solicitado pelo Coordenador.
- V Participar, através de voto, das decisões a serem tomadas pela CEE.
- VI Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer à reunião.



Regimento Interno Comissão de Ética de Enfermagem
ESTABELECIDO EM: JAN/19
Nº de REVISÃO: 02

			11 GC KEVISKO. 02		
Controle	Elaboração	Data	Elaboração	Verificação	Aprovação
		25/01/2019	Integrantes da CEEN	Cristiane Maffessoni	Direção Geral
	Revisão	Data	Verificação	Aprovação	Aprovação
		MAIO 2021	Clarice T. Gielinski	Beatriz Souza Almeida	Direção Geral

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 – Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEE, do RT de Enfermagem ou da Comissão de Ética do Coren/SC.

Parágrafo único: A alteração será submetida à aprovação da Assembleia da categoria da entidade e à homologação da Plenária do Coren/SC.

- **Art. 46** O Enfermeiro RT/Gerente de Enfermagem da entidade garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEE.
- Art. 47 Os casos omissos serão decididos pela Plenária do Coren/SC.
- **Art. 48** Este modelo de regimento interno entrou em vigor na data da publicação da Decisão Coren/SC nº 014/2020, de 15 de julho de 2020.

Biguaçu ,31 de maio de 2021

Beneficência Camiliana do Sul Hospital regional Helmuth flass Clarred Chiefines Gerent de Lacrimagem

Clarice Terezinha Gielinski Coren/SC 282201